



MUSEU NACIONAL DE
MACHADO DE CASTRO

Exmo. Senhor
Doutor Jorge Filipe de Almeida
Av. Guerra Junqueiro, nº 16, 3º-esqº
1000-167 LISBOA

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa referência
417/2007

Data
28-11-2007

ASSUNTO: **Painéis de S. Vicente de Fora.**

Exmo. Senhor Doutor,

Correspondendo ao seu pedido de reduzir a escrito as opiniões que tenho tido oportunidade de lhe transmitir desde o ano de 2003, a respeito das investigações que, com a Senhora Doutora Maria Manuela Barroso de Albuquerque, publicou sobre os Painéis de S. Vicente de Fora, começo por registar o que penso sobre os contornos da polémica que as mesmas investigações suscitaram.

Tenho acompanhado a referida polémica desde o seu início, constatando que, até ao momento, a comunidade científica nacional não discutiu verdadeiramente a tese de V. Ex.^{as}, o mesmo é dizer, que não contrapôs aos respectivos argumentos outros mais convincentes. Por que motivo é, então, publicamente repudiada uma tese sem que antes tenha sido objecto de discussão?

O parecer emitido pelos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo a respeito da inscrição incluída num dos quadros, por um lado, e a dendrocronologia, encomendada ao Doutor Peter Klein, pelo Instituto Português de Conservação e Restauro, por outro lado, vieram, aliás, reforçar a mesma tese, alicerçada primeiramente no estudo da iconografia e na leitura das inscrições. De resto, a interpretação de V. Ex.^{as} conta com importantes antecedentes: a tese de José Saraiva e as suspeitas do insigne Professor da Universidade de Coimbra e Director deste Museu, Vergílio Correia, cujas palavras me apraz recordar:

“Demonstrado pois que nem a dalmática, nem o livro, nem a palma poderiam identificar cabalmente a figura central do políptico como S. Vicente, e que barrete, vara e cordas afastam a verosimilhança de tal



identificação, creio ter justificado a minha tese: - não deve ser S. Vicente o santo ou santificado nos painéis.”¹

Curiosamente o repúdio da tese em apreço tem chegado principalmente dos nossos historiadores de arte, granjeando, pelo contrário, apreciável simpatia por parte de diversos medievalistas, conforme é sabido.

Na verdade, os argumentos cronológicos desta tese não são de ordem especificamente artística, mas exclusivamente histórica, como o foram também, aliás, na maior parte das teses que a antecederam. A caracterização formal, plástica e técnica desempenham, falando com certa benevolência, um papel secundário. Parece-me, no entanto, crucial que a discussão científica de que desejavelmente a tese deve ser objecto reveja a datação dos Painéis à luz de um novo estudo estilístico e material comparado com a pintura europeia do século XV. Conhecemos sobejamente as dificuldades que levanta tanto o carácter praticamente único deste conjunto retabular como o estudo material da pintura antiga, muitas vezes inconclusivo². Mesmo assim, julgo que só poderemos ficar de consciência tranquila quando esse estudo comparado tiver sido realizado

Nem estas recomendações constituem novidade, tendo sido transmitidas pelo Prof. Frédéric Elsig, especialista em pintura europeia do século XV da Universidade de Genève, que, aliás, teve já oportunidade de corroborar estilisticamente a datação proposta por V. Ex.^{as}.

Salvaguardado o défice de crítica artística, aprez-me afirmar, sem qualquer reбуço, que a tese de V. Ex.^{as} é, entre todas aquelas que conheço, a que mais plausível argumentação reúne, tanto histórica, no que se refere ao estudo iconográfico, como do foro da paleografia e datação das pranchas de madeira do suporte pictórico.

¹ In Iconografia de S. Vicente, *Terra Portuguesa*, Tomo V, nº 42, Dezembro de 1927, p. 120.

² As razões são várias: inadequada formulação de hipóteses, limitações à amostragem destrutiva, erosão/contaminação da amostragem, insuficiência de matéria de conhecimento característica.



MUSEU NACIONAL DE
MACHADO DE CASTRO

Nesta latitude de progressos, soam com indizível frescura as palavras de Vergílio Correia:

“Porque não se trata simplesmente de uma estreita, confinada, discussão de arte, mas de uma emocionante questão histórica, todos os investigadores de boa vontade têm obrigação de colaborar nela.”³

Com os meus respeitosos cumprimentos.

O Director

Pedro Redol

³ Ibidem, p. 121.